



**ACÓRDÃO Nº1273/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11376/2017.**

**Apenso:** Processo nº 11412/2018.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.

**4- Exercício:** 2016.

**5- Responsável:** Vander Cleison Pereira da Silva (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Não Possui.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 233/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, exercício 2016, de responsabilidade do **Sr. Vander Cleison Pereira da Silva** - Presidente e ordenador das despesas, com fulcro no art. 22, III, da Lei 2.423/96;
- 10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Vander Cleison Pereira da Silva** no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 308, I, "a" da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelo item 7 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



**ACÓRDÃO Nº1273/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Vander Cleison Pereira da Silva** no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 308, VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelos itens 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 14 e 15 do Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Vander Cleison Pereira da Silva** no valor de **R\$ 10.677,97** (dez mil, seiscentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos) que devem ser recolhidos no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte, conforme art. 304 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, pelas seguintes glosas;
- 10.4.1. R\$ 3.777,97** item 3 do Voto;
- 10.4.2. R\$ 6.900,00** item 11 do Voto;
- 10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Vander Cleison Pereira da Silva**, em caso de não recolhimento das multas e glosa no prazo estabelecido. ficando a DERE autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que:**
- 10.6.1.** Evite manter recursos em caixa, conforme prevê o art. 43 da Lei n. 101/2000 e § 3º do art. 164 da CF/88, c/c os §§ 1º e 2º do art. 156, da CE/89;
- 10.6.2.** Cumpra com o máximo rigor os prazos estabelecido no art. 216, inciso I, alínea "b", do Decreto nº. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social) c/c o art. 12, inciso I, e art. 9, inciso I, alínea "m", evitando a incidência de multa e juros;
- 10.6.3.** Mantenha sempre atualizadas as informações no Portal da Transparência, conforme determina o art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art.5º, inciso II, do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal;



**ACÓRDÃO Nº1273/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.6.4.** Mantenha as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal sempre disponível à sociedade, em cumprimento ao art. 49, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF;
- 10.6.5.** Observe o disposto nos artigos 31 caput e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64, quanto a necessidade de controle interno;
- 10.6.6.** Observe com máximo zelo os prazos para remessa dos balancetes mensais e informes periódicos da Câmara, bem como os Relatórios de Gestão e Fiscal e Resumidos da Execução Orçamentária, estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 54, da Lei Complementar nº 101/200-LRF e Resoluções TCE nºs 15/2013 e 24/2012;
- 10.6.7.** Implante um controle mais eficiente dos bens de caráter permanente da Câmara Municipal nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64;
- 10.6.8.** Implante um controle mais eficiente dos itens do almoxarifado;
- 10.6.9.** Promova a tomada de contas das diárias não comprovadas dos seguintes vereadores: Leila Pinheiro de Oliveira, Alexander de Araújo Ferreira, Guaracy de Jesus Dias Rebelo, Guilherme Pereira Pena Filho, Antônio Tobias Pinheiro, Antônio Augusto Bezerra Vieira, Carlos Rodrigues da Silva e Almir Sá de Souza;
- 10.6.10.** Observe com o máximo rigor a Lei de Licitações e Contratos quanto à: a) Processo licitatório sem numeração nas folhas; b) Protocolo de Entrega dos Convites sem assinaturas dos convidados; c) Na Ata do certame, não está rubricada pelos licitantes; d) Ausência do Ato de designação da comissão de licitação, responsável pelo convite (artigo 38, inciso III da Lei nº 8.666/93); e) Ausência do Parecer Jurídico emitidos sobre a licitação e as minutas dos contratos, o parecer jurídico não estar assinado (art. 38, VI e Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93); f) Nas Cartas Contratos não constam as Assinaturas dos Contratados que firmaram os ajustes;
- 10.6.11.** Promova o recolhimento sempre integral ao Regime Geral da Presidência Social - RGPS das retenções dos servidores desta instituição;
- 10.7.** **Dar ciência** deste Acórdão ao **Sr. Vander Cleison Pereira da Silva**;
- 10.8.** **Arquivar** os autos e seus apensos nos termos regimentais, após cumpridas as providências supra.

**11. Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



**ACÓRDÃO Nº1273/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 12. Data da Sessão:** 11 de Dezembro de 2019.
- 13. Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14. Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral